



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Relatório de Avaliação do Controle Interno 0002/2021

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
INTERESSADO:	ROGÉRIO LUIZ GALLO Secretário de Estado de Fazenda
C/ CÓPIA:	GUILHERME ANTONIO MALUF Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - TCE/MT
ASSUNTO:	Relatório Gerencial do Subsistema Contábil

Controle Interno. Avaliação do controle interno do Sistema de Contábil do Poder Executivo Estadual. Diagnóstico acerca da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles nas Unidades Setoriais de Contabilidade e análise da atuação da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ como Órgão Central.

Cuiabá - MT
Fevereiro/2021



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. CONTROLES INTERNO**
- 3. METODOLOGIA**
- 4. ANÁLISE GERENCIAL DO SUBSISTEMA CONTÁBIL**
 - 4.1. Pontos De Controle Com Maior Volume De Ocorrência De Achados**
 - 4.2. Questões De Auditoria Com Maior Volume De Ocorrências**
 - 4.3. Achados De Problemas Com Maior Volume De Ocorrências**
 - 4.4. Questões De Causas Com Maior Volume De Ocorrências**
- 5. ÓRGÃO CENTRAL**
 - 5.1. Subsistema Contábil - Órgão Central – Achados de Problemas**
 - 5.2. Órgão Central/ Unidades Orçamentárias**
- 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**



1 INTRODUÇÃO

1. O presente relatório apresenta o diagnóstico dos controles internos do Subsistema Contábil de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de Mato Grosso, a partir de informações dos Relatórios de Avaliação de Controle Interno realizado ao longo do ano de 2019, conforme diretrizes constantes no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos e aquelas estabelecidas na Ordem de Serviço nº 196/2019, expedida pelo Secretário Controlador Geral.

2. O desenvolvimento desse trabalho está relacionado com a missão da Controladoria Geral do Estado que é o de contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos, da conduta dos servidores e fornecedores, ampliando a transparência e fomentando o controle social.

3. O objetivo é apresentar um diagnóstico acerca do funcionamento, estrutura e segurança dos controles internos, buscando identificar as fragilidades existentes e em que nível esta afeta a aderência às normas e aos procedimentos, indicando-se as ações necessárias para aperfeiçoar os processos administrativos. Busca-se, também, colher elementos para mapear riscos e selecionar atividades para o acompanhamento simultâneo e realização de ações preventivas de orientações e capacitações.

4. O resultado dessa avaliação foi dividido nos seguintes capítulos: Controles Internos; Apresentação da Metodologia; Análise Gerencial do Subsistema Contábil; Órgão Central e Considerações Finais.

2 CONTROLES INTERNO

5. Os avanços apresentados pelas organizações públicas nas últimas décadas, em especial, aqueles relacionados à evolução de uma abordagem burocrática, para uma abordagem gerencial, voltada a entrega de resultados e melhoria de desempenho na prestação de serviços, provocaram profundas mudanças no desenvolvimento das atividades de controle.

6. Neste cenário, os trabalhos de auditoria evoluíram de aspectos meramente formais e contábeis para uma visão mais gerencial, de controles alinhados aos objetivos organizacionais, relacionados aos riscos que podem comprometer o alcance desses objetivos.



7. De acordo com o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* as atividades de controle são representadas:

(...) pelas políticas e pelos procedimentos que contribuem para assegurar que as respostas da organização aos riscos sejam executadas. As atividades de controle ocorrem por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Elas compreendem uma série de atividades diferentes, como aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança do patrimônio e segregação de funções.

8. O modelo de Três Linhas de Defesa é uma forma de melhorar a comunicação do gerenciamento de riscos e controle por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais. Há ainda uma quarta linha de defesa, representada pela Auditoria Externa, conforme figura abaixo:

O Modelo das Três Linhas do The IIA



9. A fim de se promover a eficiência e a eficácia, deve haver a coordenação apropriada entre as diferentes linhas de defesa. Além disso, o modelo é implementado melhor com o apoio ativo e a orientação do órgão de governança e da alta administração da organização, estes têm a responsabilidade e o dever de prestação de contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançar esses objetivos e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos durante a realização desses objetivos.

3 METODOLOGIA



10. O conteúdo desse relatório representa a consolidação das avaliações dos controles internos realizadas no exercício de 2020, cuja metodologia observa o disposto na Resolução Normativa nº 12/2017 - TP, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, bem como, as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos.

11. Necessário esclarecer que na Avaliação dos Controles Internos, utilizou-se o método de análise Problema > Causa > Recomendação. Por este método, busca-se, inicialmente, realizar análise dos problemas relacionados a cada Ponto de Controle (processos, subprocessos, atividades), através de testes de aderência a normas e procedimentos. Em seguida, procura-se identificar as fontes das causas dos problemas, a partir da avaliação da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles Internos. Por fim, são apresentadas as recomendações com a propositura, de maneira factível, de possíveis soluções, no intuito de combater e mitigar a causa do problema.

4 ANÁLISE GERENCIAL DO SUBSISTEMA CONTÁBIL

12. Neste capítulo, será apresentado o resultado da avaliação dos controles internos do Subsistema Contábil, realizada em 09 (nove) órgãos/entidades: AGER, Desenvolve MT, MT Saúde, MTPREV, MTI, SEAF, SECITECI, SEMA e SESP.

13. No subsistema contábil foram analisados 03 (três) Pontos de Controle no Subsistema avaliado: Contas bancárias, Demonstrações Contábeis e Registros contábeis.

14. Os achados de problemas e causas detectados na avaliação dos órgãos e entidades, depois de quantificados, foram discriminados por Ponto de Controle, permitindo a mensuração daqueles que tiveram maior incidência no universo das 09 (nove) unidades avaliadas.

15. Por sua vez, o maior quantitativo de ocorrências de achados com problemas de aderência às normas que estejam relacionados a um mesmo ponto de controle, ensejará maior cuidado no cumprimento das normas inerentes ao respectivo ponto de controle.

16. Em todos os casos, a gestão superior dos órgãos e entidades deve adotar para a implementação de controles internos confiáveis, além das melhores práticas de gestão, essencialmente, o cumprimento das normas e um bom nível de estruturação e de comunicação com os demais órgãos e entidades auxiliares e de assessoria.

4.1 PONTOS DE CONTROLE COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIA DE ACHADOS



17. Na tabela 01 estão relacionados os Pontos de Controle avaliados e a quantidade de órgãos e entidades que tiveram esse Ponto avaliado no Subsistema Contábil.

Tabela 01 - Quantidade de órgãos/entidades avaliados por ponto de controle.

Pontos de Controle	Quantidade de órgãos/entidades avaliados
Contas Bancárias	7
Demonstrações Contábeis	12
Registros Contábeis	41

Fonte: RACI 2020 - CGE/MT

18. Nos 9 (nove) órgãos/entidades avaliados, foram identificados no Subsistema Contábil 60 (sessenta) achados de problemas, distribuídos em 03 (três) Pontos de Controle.

19. A Figura 02 demonstra a distribuição dos 60 (sessenta) ocorrências de achados de problemas identificados no Subsistema Contábil.

Figura 02 - Quantidade de achados por ponto de controle.



Fonte: RACI 2020 - CGE/MT

20. O Ponto de Controle com volume maior de achados identificados foi Registros Contábeis com 41 (quarenta e um) achados. Esse ponto de Controle corresponde a 68,33% do total de achados identificados em todos os Pontos de Controle.

4.2 QUESTÕES DE AUDITORIA COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

21. A tabela 02 demonstra o levantamento das questões de auditoria com maior volume de ocorrência. De um universo de 07 (sete) questões de auditoria, foram identificados 60 (sessenta) achados de problemas.



Govorno do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Tabela 02 - Achados de problemas por questão de auditoria

Questão de auditoria	Ponto de Controle	Achados	%
A movimentação do extrato bancário está devidamente evidenciada nos registros contábeis?	Contas bancárias	7	11,67
Os ativos classificados como circulantes/não circulantes atendem a expectativa de realização de até doze meses (circulante) e acima de 12 meses (não circulante)?	Demonstrações contábeis	2	3,33
Os passivos classificados como circulantes/não circulante atendem a expectativa de realização de até 12 meses (circulante) e acima de 12 meses (não circulante)?		3	5,00
As demonstrações espelham com fidedignidade a real situação financeira, patrimonial e orçamentária?		5	8,33
As contas de controle de atos potenciais estão sendo devidamente contabilizados?		2	3,33
As entradas compensatórias estão reconhecidas no ativo e no passivo financeiro (cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais)?	Registros contábeis	12	20,00
Os ativos, imobilizados ou não, estão sendo mensurados conforme a MCASP e NBC TSP 07/2017?		29	48,33
Fonte: RACI 2020 - CGE/MT		60	100,00

22. Observa-se que as questões que apresentaram maior quantidade de falhas são as relacionadas com os procedimentos de controle - Registros contábeis (68,33%), do total de achados identificados no Subsistema Contábil.

4.3 ACHADOS DE PROBLEMAS COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

23. Identificou-se a ocorrência de 16 (dezesseis) achados de problemas distintos, com 60 (sessenta) ocorrências no total. Estão demonstrados na tabela 03, os achados com maior volume de ocorrência nos órgãos e entidades avaliados em 2020.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Tabela 03 - Ocorrências dos achados de problemas em ordem decrescente.

Achados	Ponto de Controle	Qtde	Órgãos	%
Ausência ou inconsistência de registro nos ATIVOS e PASSIVOS	Registros contábeis	8	9	88,89
As pendências não estão sendo regularizadas	Contas bancárias	7	9	77,78
Garantias estão com prazo de validade vencido	Registros contábeis	7	9	77,78
Ausência ou Inconsistência de registros de Bens de Consumo	Registros contábeis	5	9	55,56
Ausência ou Inconsistência de registro de Bens Imóveis	Registros contábeis	5	9	55,56
Ausência ou Inconsistência de registro de Bens Móveis	Registros contábeis	5	9	55,56
Ausência ou inconsistência nas demonstrações contábeis	Demonstrações Contábeis	4	9	44,44
As Garantias Contratuais não estão sendo contabilizadas	Registros contábeis	4	9	44,44
Depreciações não registradas tempestivamente	Registros contábeis	4	9	44,44
Passivos classificados incorretamente como passivo circulante	Demonstrações Contábeis	3	9	33,33
Ativos classificados incorretamente como ativo circulante	Demonstrações Contábeis	2	9	22,22
Não contabilização dos bens recebidos e cedidos em comodato e cessões de uso nas contas de controle do órgão	Demonstrações Contábeis	2	9	22,22
Divergências das Demonstrações elaboradas pelas empresas públicas e sociedade de economia mista (Lei 6.404/76) e os registros no FIPLAN	Demonstrações Contábeis	1	9	11,11
Garantias vendidas e não baixadas na contabilidade	Registros contábeis	1	9	11,11
As informações contábeis não possuem características qualitativas	Registros contábeis	1	9	11,11
Não houve registro contábil das variações patrimoniais reconhecidas no inventário físico e financeiro de bens móveis	Registros contábeis	1	9	11,11

Fonte: RACI 2020 - CGE/MT

24. A quantidade de achados de problema por órgão/entidade avaliado encontra-se disposta na tabela 4:

Tabela 04 - Achados de maior recorrência por ponto de controle.

Órgão	Pontos de Controle		
	Contas Bancárias	Demonstrações Contábeis	Registros Contábeis
AGER	1	1	5
Desenvolve MT	0	0	2
MT Saúde	1	1	6
MT Prev	1	1	4
MTI	0	1	3
SEAF	1	1	6
SECITECI	1	3	6
SEMA	1	1	3
SESP	1	3	6
TOTAL	7	12	41

Fonte: RACI 2020- CGE/MT

4.4 QUESTÕES DE CAUSAS COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

25. De fundamental importância é a identificação das causas que deram ensejo à existência



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

de problemas, a fim de que se possam tecer recomendações adequadas à eliminação das causas (eliminando-se as causas, por via de consequência, eliminam-se os problemas).

26. Para identificação das causas que deram ensejo aos problemas de controle verificados, colhem-se evidências e efetuam-se análises.

27. Inicialmente, busca-se responder às questões de causa, que, no subsistema contábil são as listadas abaixo:

1. **SISTEMAS INFORMATIZADOS** atende as necessidades e encontra-se adequados?
2. **ESTRUTURA ORGANIZACIONAL** atende as necessidades e encontra-se adequado?
3. **EXTERNALIDADES** - Existem eventos externos (externalidades) que impactaram na execução das atividades?
4. **ESTRUTURA FÍSICA** - atende as necessidades e encontra-se adequado?
5. **INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA** - atende as necessidades e encontra-se adequada?
6. **PESSOAS** - atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado?
7. **PROCESSOS** - Gestão de processos atende as necessidades e encontra-se adequado?

28. Respostas negativas às questões formuladas indicam o que se denomina de achados de causa.

29. Dentre os achados de causa que desencadearam respostas negativas às questões de causas formuladas, foram identificados 7 (sete) tipos de achados distintos, os quais se repetiram em órgãos/entidades, totalizando 33 (trinta e três) ocorrências.

30. Na tabela 05, visualiza-se a quantidade de achados por Ponto de Controle:

Tabela 05 - Quantidade de achados de causas por ponto de controle.

QUANTIDADE DE ACHADOS DE CAUSAS POR PONTO DE CONTROLE	
Ponto de Controle	Quantidade
Contas Bancárias	8
Demonstrações Contábeis	10
Registros Contábeis	15
Fonte: RACI 2020 - CGE/MT	

31. A tabela 6 traz os 3 (três) achados de causas com maior volume de ocorrências no



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Subsistema Contábil:

Tabela 06 - Volume de ocorrências das causas identificadas por achados.

VOLUME DE OCORRÊNCIAS DAS CAUSAS IDENTIFICADAS POR ACHADO	
Achado	Quantidade
Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	6
Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	20
Deficiências nos fluxos de informação e comunicação.	3
Fonte: RACI 2020 - CGE/MT	

32. As 3 (três) causas acima perfizeram o montante de 29 (vinte e nove) ocorrências, o que representa 87,88% do total de achados de causas identificadas.

33. Relacionou-se a ocorrência dos achados por tipo de questão de causa, a fim de se identificar quais questões que apresentaram maior volume de achados de causa por Fontes.

34. Na tabela 07 demonstramos os achados em relação a cada questão formulada. Sendo que o achado Processos Mal concedidos/inconsistente (exemplo: fluxo, desenho, etc.) na gestão dos processos ocorreu 20 vezes e o total geral de achados é 33.

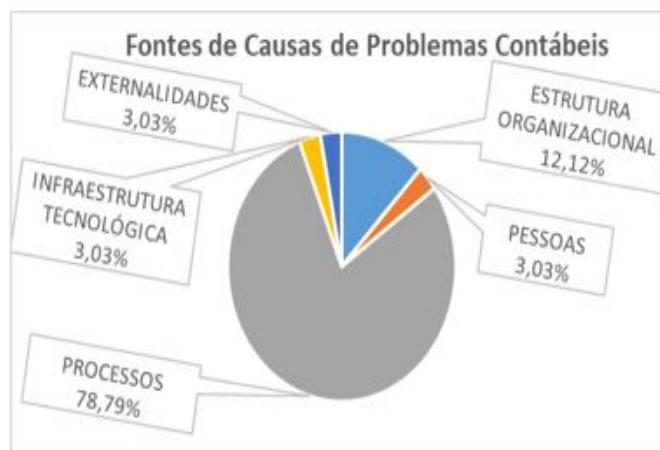
Tabela 07 - Quantidade de achados por fonte de causas.

QUESTÕES DE CAUSA	ACHADOS DE CAUSAS	QUANTIDADE DE ACHADOS	TOTAL
1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL Atende as necessidades e encontra-se adequada?	Ausência de clareza quanto às funções e responsabilidades.	1	4
	Deficiências nos fluxos de informação e comunicação.	3	
2. PESSOAS O quadro de pessoal atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado?	Capacitação formal insuficiente/deficitária	1	1
3. PROCESSOS Gestão de processos atende às necessidades e encontra-se adequada?	Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	6	26
	Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	20	
4 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA - atende as necessidades e encontra-se adequada?	Ausência ou insuficiência de investimentos em Tecnologia de Informação.	1	1
3. EXTERNALIDADES Existem eventos externos que impactaram na execução das atividades?	Calamidade pública, situações extraordinárias/excepcionais e/ou emergenciais	1	1
TOTAL			33
Fonte: RACI 2020 - CGE/MT			



35. Ainda em relação a tabela 07, verificou-se que os achados relativos a Processos somam 78,79%, os achados referentes a Estrutura Organizacional somam 12,12%, Pessoas, Infraestrutura Tecnológica e Externalidades somam 3,03% cada um.

Figura 03 - Fontes de causas de problemas – subsistema Contábil



Fonte: RACI 2020- CGE/MT

36. A fim de solucionar as causas dos problemas identificados foram emitidas aos órgãos e entidades avaliados 48 (quarenta e oito) recomendações nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno de 2020.

37. A seguir apresentamos as análises relativas aos Órgãos Centrais para cada Ponto de Controle do Subsistema Contábil.

5 ÓRGÃO CENTRAL

5.1 SUBSISTEMA CONTÁBIL - ÓRGÃO CENTRAL ACHADOS DE PROBLEMAS

5.1.1 - Pontos de Controle Gestão Contábil

38. Das questões de auditoria com maior volume de ocorrência, foram identificados 60 (sessenta) achados de problemas, conforme demonstra-se na tabela 08:



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Tabela 08 - Questões de auditoria com maior volume de ocorrência

Questão de auditoria	Ponto de Controle	Achados	%
A movimentação do extrato bancário está devidamente evidenciada nos registros contábeis?	Contas bancárias	7	11,67
Os ativos classificados como circulantes/não circulantes atendem a expectativa de realização de até doze meses (circulante) e acima de 12 meses (não circulante)?	Demonstrações contábeis	2	3,33
Os passivos classificados como circulantes/não circulante atendem a expectativa de realização de até 12 meses (circulante) e acima de 12 meses (não circulante)?		3	5,00
As demonstrações espelham com fidedignidade a real situação financeira, patrimonial e orçamentária?		5	8,33
As contas de controle de atos potenciais estão sendo devidamente contabilizadas?		2	3,33
As entradas compensatórias estão reconhecidas no ativo e no passivo financeiro (cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais)?	Registros contábeis	12	20,00
Os ativos, imobilizados ou não, estão sendo mensurados conforme a MCASP e NBC TSP 07/2017?		29	48,33
Fonte: RACI 2020 - CGE/MT		60	100,00

39. Verificou-se que órgão central tem adotado medidas preventivas, orientando as Unidades Orçamentárias na execução e registros contábeis como se verifica pelas normas contidas no sítio eletrônico:
<http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual>.

40. O órgão central, em resposta às solicitações, apresentou as seguintes informações e medidas que foram implantadas e implementadas, bem como as que estão sendo desenvolvidas para implementação no ano de 2021.

41. No que se refere às ações realizadas para fiscalizar, orientar, coordenar e propor melhorias nos processos de execução contábil das unidades setoriais de contabilidade, destacaram:

- Orientação quanto a utilização da funcionalidade PLOA-antecipação de crédito no FIPLAN permitindo que a unidade orçamentária execute orçamentariamente sem que a LOA esteja sancionada.
- Implementação de detalhamento no documento fiscal (AQS/LIQ) no sistema FIPLAN para controle de pagamento por ordem cronológica das datas dos atestos.
- No tocante ao APLIC, criação de novas funcionalidades no FIPLAN para atendimento da Resolução Normativa 18/2018-TP/TCE e a responsabilidade do contador da Unidade Orçamentária em relação a prestação de contas.



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

- d. Melhoria no processamento de pensão alimentícia ou decisão judicial não acatadas pelo Banco.
- e. Orientação aos órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, quanto às medidas administrativas facultadas aos gestores públicos ao aplicar a Lei Federal Nº 13.979/2020, a Controladoria Geral do Estado - CGE - emitiu Orientação Técnica Nº 02/2020 de 03 de março de 2020.
- f. Apresentação de novo fluxo e procedimentos no FIPLAN quanto a execução das despesas de adiantamento utilizando o cartão corporativo BB.
- g. Acompanhamento e orientação às Unidades Orçamentárias da execução das folhas de pagamentos que não possuem vantagens ou com vantagens menores que os descontos com rubrica de devolução de desconto bem como o registro e regularização da execução da folha de estorno.
- h. Acompanhamento da execução orçamentária, financeira e contábil das Unidades Orçamentárias - UO.
- i. Possibilitou maior gestão do usuário, quanto na funcionalidade detalhar fatura cuja LIQ apresenta várias LIQs de pagamento.
- j. Orientação para estorno/cancelamento de restos a pagar bem como o acompanhamento de sua inscrição.
- k. Melhoria nas regras de registros de RDR permitindo que as unidades orçamentárias registrem nas fontes do tesouro e em fontes que não sejam de convênio no caso de contrapartida do mesmo, tornando o processo mais eficiente.
- l. Novos procedimentos no FIPLAN para registro das Notas Explicativas nos relatórios e demonstrativos definidos.
- m. Implementação de procedimentos de registros contábeis de ativos intangíveis em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSPs) e demais normas pertinentes.
- n. Análise e acompanhamento das pendências - Conta Única.
- o. Acompanhamento da conciliação bancária e contábil das contas das Unidades Orçamentárias.
- p. Atendimento às Unidades Orçamentárias presencial, via e-mail e telefone.
- q. Acompanhamento e monitoramento da abertura e encerramento de contas bancárias.

42. Em relação às melhorias propostas nas normas contábeis e acompanhamento fiscal que foram implantadas, implementadas ou que estejam em avaliação, destacaram:

- a. Elaboração e disponibilização de instruções de serviço, procedimentos e orientações técnicas, disponibilizadas no sítio eletrônico da SEFAZ.
- b. Elaboração de Manuais, tais como: Manual de Procedimentos Contábeis do



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Imobilizado em conformidade com o MCASP, Manual dos Procedimentos Contábeis da Folha de Pagamento e Manual do Adiantamento (em andamento).

c. Check list implementado pela Coordenadoria de Acompanhamento da Execução Orçamentária, Financeira e Contábil (depreciação e provisões decorrentes da folha de pagamento).

d. Publicação do Decreto Estadual nº 710/2020 com prazos reduzidos e responsabilidades para o encerramento do exercício.

e. Conciliação Eletrônica (arrecadação, especial e convênio) a serem realizadas pelas unidades orçamentárias com previsão de homologação final para fevereiro/2021 e após testes a disponibilização para as unidades orçamentárias em setembro/2021.

f. Disponibilização de procedimentos quanto a: Direito a Receber da Receita de Convênio, Direito a Receber Manual (receita registrada por RDR) e Direito a Receber via DAR (receita registrada por RSS).

g. Obrigatoriedade de reconhecimento, mensuração e evidenciação no passivo das unidades orçamentárias das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (13º, férias e etc.) pelos Órgãos do Poder Executivo e Poderes.

h. Nova funcionalidade no sistema FIPLAN que permite registrar os motivos de cancelamento dos restos a pagar e realizar o upload dos documentos comprobatórios do motivo (IN nº 12/2020/SATE/SEFAZ).

i. A elaboração e publicação de Plano de capacitação disponível no link: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/programacao-de-capacitacoes> .

43. As avaliações do Subsistema Contábil identificaram situações potenciais que contribuem para aumentar riscos de falhas de controles interno e para diminuir ou atacar essas situações foram implementadas pelo Órgão Central - SEFAZ/MT as seguintes medidas:

- a. Monitoramento mensal de registros não automatizados no FIPLAN.
- b. Curso sobre contratos do módulo do FIPLAN objetivando registros corretos dos operadores do sistema.
- c. Compatibilização dos demonstrativos da Lei Federal nº 6.404/76 com os demonstrativos da Lei Federal nº 4.320/64, porém ainda existem divergências entre os demonstrativos das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista e os demonstrativos do FIPLAN e compatibilização integral entre eles. Há previsão de Implementação de novo sistema até 2025 para sanar essas impropriedades, entretanto até a conclusão desse sistema será realizado pela SEFAZ o acompanhamento e orientação aos contadores de maneira manual.
- d. Identificação da GCV nos documentos das despesas, facilitando a identificação nos documentos da despesa.
- e. Novo relatório do sistema FIPLAN - FIP215A Gestão de envio do Aplic, permitindo



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

acompanhar a prestação de contas (entregue, não entregue, em processamento) e quem enviou.

- f. Automatização dos tributos orçamentários.
- g. Controle Contábil da Execução das Emendas Parlamentares em todas as suas fases.
- h. Criação da NOB compensatória em substituição ao uso da NLA compensatória utilizada até novembro/2020 na folha de pagamento.
- i. Melhoria na gestão dos documentos fiscais (documentos liquidados no FIPLAN com a inclusão de novos atributos).
- j. Criação do relatório FIP340, Demonstrativo da Despesa Liquidada a Pagar por Documento Fiscal, emitido somente em formato PDF.
- k. Implementação da classificação da despesa paga ao nível do subelemento da despesa.
- l. Novo relatório FIP626A - Controle de Pagamentos por Subelementos.
- m. Automatização da liberação da fatura para credor de RPV.
- n. Criação de mecanismos para controle e gestão dos recursos que serão concedidos a título de adiantamento (novo modelo de execução orçamentária dos adiantamentos - Lei Federal nº 13.979/2000).
- o. Possibilidade de cancelamento de uma parcela de liquidação (LIQ).
- p. Criação de novos grupos contábeis que permitem o controle contábil do duodécimo/rateio. As alterações abrangem os documentos ABR, ARR e NLA e evidenciam sua demonstração no relatório FIP729.
- q. Implementação para inclusão de notas explicativas dos demonstrativos que passaram a ter sua exigibilidade publicadas nas IPCs.
- r. Novo fluxo de execução orçamentária dos bloqueios judiciais.
- s. Revisão das Regras de Fontes de Recursos 2020 visando garantir futuras mudanças e/ou novas revisões na tabela de fonte de recursos.
- t. Integração do IPVA x FIPLAN e CCF x FIPLAN, visando atender as normas de exigência dos registros de direitos a receber por competência.
- u. Melhorias dos processos de execução da folha de pagamento, facilitando o trabalho das unidades e evitando pendências na conciliação.

5.2 ÓRGÃO CENTRAL/ UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

44. Dos trabalhos de avaliações dos procedimentos de controle relativos ao subsistema Contábil, ficou inferido que tal subsistema necessita de aprimoramentos, e que, tais falhas representam riscos à eficácia do controle interno, devendo, portanto, ser perseguidas para que sejam mitigadas as ameaças à gestão contábil segura.

45. A tabela 09 mostra os achados de causas que foram identificados nas avaliações do



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

Subsistema Contábil das UO's:

Tabela 09 - Achados de causas do Subsistema Contábil das UO's

VOLUME DE OCORRÊNCIAS DAS CAUSAS IDENTIFICADAS POR ACHADO	
Achado	Quantidade
Calamidade pública, situações extraordinárias/excepcionais e/ou emergenciais	1
Deficiências nos fluxos de informação e comunicação.	3
Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	6
Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	20
Ausência ou insuficiência de investimentos em Tecnologia de Informação	1
Ausência de clareza quanto às funções e responsabilidades.	1
Capacitação formal insuficiente/deficitária.	1
Fonte: RACI 2020 - CGE/MT	

46. Os parágrafos 42 e 43 identificaram as ações do Órgão Central para sanar e reduzir as ocorrências relatadas no ano de 2019.

47. As recomendações descritas no parágrafo 54 se originam de 3 (três) achados das causas, conforme demonstra-se:

- Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.);
- Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos;
- Ausência ou insuficiência de investimentos em Tecnologia de Informação.

48. Por serem as atividades de controle de caráter continuado, as melhorias devem ser rotineiramente implementadas, e isso ocorrerá sempre que identificado riscos, sejam: procedimentais, de controle, execução ou operacional, de modo a manter a transparência e aderência às normas de cada processo executado.

49. Verificou-se que o órgão central atua diretamente na implementação de normativos procedimentais relacionados à operacionalidade das funcionalidades do FIPLAN. Nesse sentido emite as Instruções e Orientações de Serviços disponibilizadas no sítio eletrônico da



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

SEFAZ.

50. Quanto aos achados de auditoria identificadas em resposta às Questões de Auditoria, esta equipe de auditoria tem as seguintes recomendações:

Questão de auditoria	Ponto de Controle	Recomendações de melhoria
A movimentação do extrato bancário está devidamente evidenciada nos registros contábeis?	Contas bancárias	Acessar as orientações editadas pela SEFAZ/MT, cabe ao órgão buscar tempestivamente suporte técnico para as regularizações que não disponha dos meios ou acessos necessários para saná-los. A SEFAZ/MT tem orientado e auxiliado nas regularizações de pendências da Conta Única, sendo atribuição do órgão sanar as pendências relacionadas às contas de sua gestão, sejam de convênios, especiais ou de arrecadação.
Os ativos classificados como circulantes/não circulantes atendem a expectativa de realização de até doze meses (circulante) e acima de 12 meses (não circulante)?	Demonstrações contábeis	O setor de contabilidade deve atuar efetivamente na conciliação dos registros com os documentos que lhes suportam, verificando a liquidez dos ativos, em consonância com os prazos de conversão em disponibilidade.
Os passivos classificados como circulantes/não circulante atendem a expectativa de realização de até 12 meses (circulante) e acima de 12 meses (não circulante)?		O setor de contabilidade deve atuar efetivamente na conciliação dos registros com os documentos que lhes suportam, verificando as exigibilidades dos passivos, em consonância com os prazos de baixa.
As demonstrações espelham com fidedignidade a real situação financeira, patrimonial e orçamentária?		O setor de contabilidade deve atuar efetivamente na verificação dos prazos de exigibilidades dos passivos e liquidez dos ativos, classificando-os corretamente nos grupos contábeis conforme determinado pela legislação.
As contas de controle de atos potenciais estão sendo devidamente contabilizadas?		O setor contábil da UO deve averiguar com regularidade junto ao setor de patrimônio a existência de atos que concedam uso de bens para efetivo registro e evidenciação patrimonial.
As entradas compensatórias estão reconhecidas no ativo e no passivo financeiro (cauções em dinheiro para garantia de contratos, consignações a pagar, retenção de obrigações de terceiros a recolher e outros depósitos com finalidades especiais)?	Registros contábeis	Buscar orientação junto à SEFAZ/MT, que tem editado normas orientativas aos órgãos do Poder Executivo, a exemplo: ISS nº 009/2018/SEFAZ/SATE. Necessário que o setor contábil da UO proceda regularmente a verificação da validade dos títulos recebidos como garantias contratuais, e verifique junto ao setor de aquisições os depósitos quem tem o conido, mantendo os registros tempestivos desses títulos e valores de cauções e garantias.
Os ativos, imobilizados ou não, estão sendo mensurados conforme a MCASP e NBC TSP 07/2017?		Acessar a orientação editada pela SEFAZ/MT: Manual de Procedimentos de Registros Contábeis do Ativo Imobilizado das Unidades Orçamentárias do Poder Executivo, disponível no site: http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual

Fonte: RAACI 2020 - CGE/MT

51. Já as causas dos problemas identificados nas avaliações de controle dos órgãos referem-se à ausência de atuação dos gestores em determinar que sejam realizados os mapeamentos dos processos, já que existem manuais técnicos que orientam fluxos



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

operacionais disponibilizados no sítio eletrônico da SEPLAG:
<http://www.gestao.mt.gov.br/index.php?pg=ver&c=62> .

52. Os manuais não estão atualizados, mas servem de consulta e fundamento para procedimentos a serem normatizados pelas UO's até que haja mapeamento e definição de fluxos processuais pela UGER de cada UO.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

53. O presente relatório buscou, em síntese, demonstrar:

- a) Acompanhamento das ações do Órgão Central do Subsistema Contábil referente aos achados de problemas, causas e recomendações realizadas anterior e/ou outros Produtos desta Especializada;
- b) O grau de implementação das recomendações realizadas por meio dos Relatórios de Avaliação de Controle Interno do ano de 2019;
- c) Os achados de problemas e de causas identificados nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno no ano de 2020, apresentando aqueles com maior volume de ocorrências, distribuídos tanto por órgãos/entidades da administração pública estadual, quanto por pontos de controle e questões de auditoria.

54. Diante disso, recomenda-se ao Órgão Central - SEFAZ:

- Divulgar e orientar às unidades orçamentárias dos procedimentos adequados para sanar as pendências de contabilização de direitos e obrigações dos órgãos com objetivo de verificar suas origens, consistências e providenciar as regularizações necessárias;
- Promover a adequação e atualização tempestiva dos saldos patrimoniais no sistema FIPLAN e SIGPAT, objetivando a fidedignidade dos saldos e resultados contábeis divulgados;
- Realizar investimentos em tecnologia da informação, atendendo as necessidades dos usuários do sistema FIPLAN do Estado, de modo a cumprir as exigências do §6º do artigo 48 da LRF, texto acrescido pela L.C. 156/2016, conforme relatado no RACI nº 10/2017.

55. Dessa forma, com o presente trabalho, espera-se ter contribuído com a melhoria dos controles internos inerentes ao Subsistema Contábil, permitindo que a apresentação de um



Governo do Estado de Mato Grosso
CGE - Controladoria Geral do Estado

diagnóstico de deficiências encontradas possibilite uma atuação mais adequada às rotinas que demandem maior atenção.

À apreciação superior.

Cuiabá, 18 de Fevereiro de 2021

Emerson Alves Soares
Auditor do Estado

Grazielle de Azevedo Fernandes Franco
Auditora do Estado

Breno Camargo Santiago
Superintendente de Controle